

**Escolha Contábil no Reconhecimento dos Gastos de Pesquisa e Desenvolvimento em
Empresas de Alta e Média-alta Tecnologia**

IGOR VIEIRA NUNES

Universidade Federal de Uberlândia

REINER ALVES BOTINHA

Universidade Federal de Uberlândia

SIRLEI LEMES

Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO:

O IASB tem reconhecidamente atingido seu objetivo de obter a convergência contábil mundial, o que pode ser atestado pelo número de empresas que passaram a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nos últimos anos. Contudo, a existência de escolhas contábeis nas IFRS, com maior ou menor nível discricionário, afetando o ideal de comparabilidade, precisa ser mais bem avaliado. Este estudo contribuiu com o tema ao identificar as características das empresas de alta e média-alta tecnologia, listadas na BM&FBovespa, frente à escolha em se reconhecer os gastos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como ativo intangível ou como despesas. O tratamento contábil dos gastos com P&D é disciplinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, no qual é permitido o reconhecimento dos gastos com o desenvolvimento no Balanço Patrimonial, como ativo intangível ou na Demonstração de Resultados, como despesa. Utilizou-se do estudo descritivo, documental e predominantemente quantitativo para análise das variáveis. Os dados coletados foram tratados por meio da estatística descritiva e da técnica multivariada de análise de regressão logística. Das 181 empresas de alta e média-alta tecnologia no ano de 2013, 81 possuíam gastos com P&D em seus relatórios contábeis. Observou-se que a maioria das empresas (77,78%) registram seus gastos com P&D como despesa e pertencem ao setor de Utilidade Pública (59,26%). As variáveis que apresentaram significância na escolha do tratamento contábil dos gastos com P&D foram: Setor de Atuação (setor Utilidade Pública e setor de Construção e Transporte) e Tamanho da Empresa (montante do ativo deduzido da conta de P&D, caso essa pertencesse ao ativo intangível da empresa). Identificou-se que quanto maior os ativos das empresas da amostra, maior a probabilidade de reconhecimento dos gastos com P&D como despesa, inferindo-se que, as características das empresas podem influenciar na escolha contábil dos gestores.

Palavras-chave: Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento, P&D, escolhas contábeis, comparabilidade, CPC 04, Ativo Intangível, IAS 38.

1 INTRODUÇÃO

Um das formas para que as empresas se adequem e se sobressaiam em ambientes de constantes mudanças é o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), pois além de influenciar a manutenção das vantagens competitivas e dos valores econômicos, é um importante ativo intangível (Queiroz, 2010). Landry e Callimaci (2003) apontam que as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) é um ponto estratégico de inovação de produtos, especialmente para empresas que atuam nos setores de alta tecnologia e estão voltadas para as áreas de pesquisa.

No Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 04-R1, que trata dos ativos intangíveis, em correlação à Norma Internacional IAS 38, abrange os gastos relacionados com as atividades de P&D. Os gastos com pesquisa referem-se à fase de investigação original, com a expectativa de adquirir novo conhecimento científico ou técnico, enquanto na fase de desenvolvimento ocorre a aplicação de resultados da pesquisa, esperando-se a criação ou aperfeiçoamento de um produto, sistema ou serviço (CPC, 2010).

Para se posicionarem amplamente no mercado, as empresas “frequentemente despendem de recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico” (CPC 04-R1, 2010, item 9). Assim, o Pronunciamento apresenta as especificações de reconhecimento e mensuração desses gastos e os critérios de diferenciação para reconhecê-los como ativos ou despesas.

Segundo o CPC 04-R1, nenhum ativo intangível deve ser reconhecido na fase de pesquisa, sendo os gastos nessa fase reconhecidos como despesas assim que incorridos. Quanto à fase de desenvolvimento, o CPC 04-R1 apresenta uma escolha contábil, permitindo à entidade, dependendo do evento econômico, reconhecer os gastos decorrentes dessa fase como despesas ou registrá-los como ativo intangível – se for possível atender aos requisitos de probabilidade de benefícios econômicos futuros, capacidade de uso ou venda futura e possibilidade de mensuração confiável – uma vez que a fase de desenvolvimento de um projeto é mais avançada do que a fase de pesquisa.

Os gestores devem optar pelo método de reconhecimento que se adeque ao que melhor retrate a realidade econômica da entidade no tratamento de projetos em fase de desenvolvimento. Assim, surge a questão que norteia este trabalho: quais as características que diferenciam as companhias que optaram por reconhecer os gastos com P&D, na fase de desenvolvimento, como ativo intangível daquelas que optaram por reconhecer como despesas?

Não obstante, o objetivo geral deste trabalho é identificar as características das empresas de alta e média-alta tecnologia, listadas na BM&FBovespa, frente à escolha em se reconhecer os gastos de P&D como ativo intangível ou como despesas.

Cazavan-Jeny, Jeanjean e Joos (2011) ressaltam a subjetividade da decisão do gestor ao adotar a IAS 38, se este opta por capitalizar os gastos ou tratar como despesas. Essa decisão se baseia em julgamentos por parte dos elaboradores das demonstrações contábeis, que pode ser tomada por meio de incentivos e até mesmo para manipulação de resultados (Landry & Callimaci, 2003), tornando este tema relevante para estudos.

Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013) chamam a atenção para a capacidade de julgamentos, sem a fixação de normas, exigindo um "subjetivismo responsável" dos profissionais. Embora o *International Accounting Standards Board* (IASB) permita escolhas contábeis para se reconhecer, mensurar e evidenciar informações contábeis, ressalta-se que esta não é a sua intenção (Prefácio IFRS, item 13, 2013). Desta forma, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas sobre escolhas contábeis para averiguar se tais escolhas são

orientadas pela essência econômica dos fenômenos contábeis, ou por meio de incentivos que podem acentuar o problema de assimetria das informações.

O tema também assume especial relevância para as empresas brasileiras, pois segundo Hungarato e Lopes (2008), devido à necessidade de inovação, a P&D é uma das atividades que assume destaque, capaz de influenciar os processos e atividades de desenvolvimento das empresas. Visando fornecer parâmetros sobre os impactos e cenários das escolhas contábeis, de forma a contribuir com os estudos e com a atenção dos órgãos reguladores para as escolhas, é que a presente pesquisa se alinha.

O desenvolvimento da pesquisa se torna útil à literatura, pois além de reforçar os estudos já realizados (Landry & Callimaci, 2003; Alves, Silva & Almeida, 2010; Cazavan-Jeny, Jeanjean, & Joos, 2011; Hungarato & Teixeira, 2012) traz uma abordagem distinta para as escolhas contábeis em P&D e o entendimento de seu tratamento contábil nas empresas de alta tecnologia. Além disso, auxilia a academia na exemplificação e demonstração de métodos nos quais o subjetivismo se faz presente no contexto contábil, com modelos práticos de como as escolhas contábeis impactam as demonstrações contábeis.

Por meio da revisão teórica sobre escolhas contábeis, apresentada na seção 2.2, principalmente para os itens de pesquisa e desenvolvimento, delineou-se as seguintes variáveis explicativas as quais foram testadas no estudo de Cazavan-Jeny et al. (2011) e Landry e Callimaci (2012): setor listado, no presente estudo na BM&FBOVESPA; ser ou não auditada por uma das quatro grandes firmas de auditoria; montante do ativo; montante do fluxo de caixa das operações; retorno sobre investimento; idade da empresa; nível de endividamento; ter emitido ou não *American Depositary Receipt* (ADR); níveis diferenciados de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e saldo da conta Pesquisa e Desenvolvimento.

O trabalho contém cinco seções a contar com esta introdução. A segunda seção contempla o embasamento teórico e estudos pertinentes ao tema. Na terceira, apresenta-se o enquadramento metodológico e a amostra estudada, e na quarta seção as análises e resultados obtidos com o estudo. Encerra-se na quinta seção com as considerações finais, que também inclui as contribuições e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o embasamento teórico, discute-se, inicialmente, os incentivos e interesses dos principais e agentes (seção 2.1), que podem usufruir de informações diferentes segundo sua função. Posteriormente, encontram-se fundamentações quanto à possibilidade de escolhas contábeis e, na seção 2.3, as escolhas quanto aos gastos de P&D.

2.1 Teoria Positiva e Teoria da Agência

Ao cumprir seu objetivo de fornecer informações relevantes para os usuários, a contabilidade está vinculada ao julgamento que esses farão a partir dos relatórios advindos da mesma. Tal julgamento demanda conhecimento sobre como o usuário toma suas decisões, qual informação é relevante e quais os objetivos que pretende alcançar (Iudícibus, 2006). A fim de analisar os métodos e atitudes adotadas pelos usuários, depara-se com pesquisas que trazem visões que ilustram essas ações: a Teoria Positiva e a Teoria da Agência.

Watts e Zimmerman (1986) declaram que o positivismo parte de dois objetivos: explicar e prever a prática contábil. Deste modo é que Dias Filho e Machado (2012) denominam de positiva a teoria da contabilidade que esboça explicações sobre como a contabilidade se projeta e sua capacidade preditiva. A teoria Positiva é útil para explicar, por meio de observações, os possíveis motivos pelos quais uma empresa adota ou não um método

contábil e o que será impactado com a adoção desse método (Watts & Zimmerman, 1986), estando a cargo de a empresa eleger o método a ser utilizado. Assim sendo, a Teoria Positiva “tenta explicar as práticas contábeis, em lugar de ditá-las” (Iudícibus, 2012, p. 253).

Por meio da observação de fatos reais, a Teoria Positiva se alicerça sobre hipóteses em relação a fatos empíricos, que através da repetição, fortalecem a teoria e aprimoram o poder explicativo e preditivo (Dias Filho & Machado, 2012). A partir de tais testes empíricos e do fortalecimento da teoria, é que ocorre o segundo objetivo, qual seja a predição dos fenômenos contábeis que outrora não haviam sido observados ou não tiveram atenção no passado (Watts & Zimmerman, 1986) e que passam a fornecer ideias e constructos (como a identificação da influência de determinadas características das empresas na escolha contábil). Exemplifica-se essa abordagem na verificação das variáveis independentes testadas neste estudo, detalhadas na seção 4, e a escolha contábil que a empresa adota nos casos dos gastos com pesquisa e desenvolvimento.

O conceito de Teoria Positiva tem fundamentação basilar na Teoria Econômica e Financeira, na busca por entender como “a contabilidade é, entender por que é assim e procurar prever comportamentos” (Iudícibus, 2006, p. 31). Esse conceito enfatiza, nos estudos citados e para fins deste, a racionalidade das decisões dos agentes econômicos (Iudícibus, 2012).

Centrada nos conceitos econômicos, a Teoria Positiva busca explicar como as empresas decidem, que tipo de informação elas divulgam e como se dá a escolha dos métodos contábeis a serem utilizados. Levando em consideração que os indivíduos agem, sobretudo, em função de interesses próprios e pela maximização do seu bem-estar (Dias Filho & Machado, 2012), as escolhas e ações tomadas nas entidades estão sujeitas a satisfações pessoais antemão aos objetivos gerais da empresa, deparando-se, portanto, com a Teoria da Agência, que se fundamenta na busca pelo equilíbrio de interesses entre os indivíduos.

A Teoria da Agência se baseia nas relações entre os indivíduos de uma empresa: o agente e o principal. Segundo Hendriksen e Van Breda (2007), o agente realiza tarefas para o principal, enquanto esse se compromete a remunerá-lo. Entendem-se estes, respectivamente, em uma empresa, como sendo proprietários e administradores (Hendriksen & Van Breda, 2007), ou ainda acionistas preferenciais e os executivos de uma sociedade por ações.

Considera-se o principal como avaliador das informações – escolhe o sistema de informação – e o agente como tomador de decisão – designa as melhores alternativas de decisão. É inerente a dependência de informações entre ambos, para que o agente possa escolher o melhor método segundo o objetivo do principal (Hendriksen & Van Breda, 2007, 2007).

Por se tratar de indivíduos e funções diferentes (principal e agente), é esperada a existência de assimetria informacional entre ambos. Enquanto o agente se utiliza de ações que tendem a maximizar sua utilidade, em prejuízo do principal, este não consegue ter acesso às informações daquele (Iudícibus, 2006). Assim, o principal pode não saber quais as decisões ou preferências dos gestores, e com isso, o principal poderia dificultar a realização de uma ação na empresa (Hendriksen & Van Breda, 2007, 2007).

Ao analisar os agentes, no papel de tomadores de decisões, e ao considerar que os indivíduos agem de forma oportunista em defesa dos próprios interesses, admite-se o fato de escolha entre um ou outro método contábil (Dias Filho & Machado, 2012). A partir deste cenário, a presente pesquisa, a fim de identificar se determinadas características das empresas influenciam as escolhas contábeis, baseia-se na abordagem positivista e na Teoria da Agência, partindo da premissa de que os indivíduos agem conforme os próprios interesses.

Sendo assim, dentre os constructos utilizados para fundamentar a seleção das características, foram consideradas as hipóteses baseadas na perspectiva oportunística apresentadas por Watts e Zimmerman (1986), que são: (i) a hipótese do plano de incentivo (*the bonus plan hypothesis*); (ii) a hipótese do grau de endividamento (*the debt covenant hypothesis*); e (iii) a hipótese dos custos políticos (*the political cost hypothesis*).

De acordo com as premissas de Watts e Zimmerman (1986), assume-se que os gestores que recebem remuneração variável farão a opção que aumente os resultados do período, ou não os reduzam, impactando no valor de suas respectivas remunerações e bônus (hipótese do plano de incentivo). As empresas mais endividadas tenderão a fazer a opção que não reduzam o resultado, evitando tornar a empresa mais restrita e, portanto, com maiores custos de insolvência (hipótese do grau de endividamento). Parte-se também do pressuposto que empresas maiores tenderão a optar por métodos que reduzam os lucros e, conseqüentemente, a atenção gerada pelo governo, reduzindo os custos políticos (hipótese dos custos políticos).

Os resultados de pesquisas realizadas sob a perspectiva da Teoria Positiva em consonância com a Teoria da Agência testam aplicações de normas contábeis, promulgadas por órgãos reguladores, a partir do ambiente no qual a contabilidade se insere (Lopes, 2011). Assim, o entendimento legal dos itens relacionados às atividades de pesquisa e desenvolvimento e a possibilidade de diferentes formas de reconhecimento destes se tornam úteis. Têm-se, então, nas seções 2.2 e 2.3, as fundamentações quanto a estes temas.

2.2 Escolhas Contábeis

A partir da edição da Lei nº 11.638/2007, a contabilidade no Brasil passou por um processo de expansão quanto as suas normas, determinando às empresas que fossem seguidos os padrões contábeis internacionais, as denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Contribuindo para o processo de adoção das IFRS, a contabilidade brasileira foi marcada também pela criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2005, e conseqüente promulgação de suas normas consonantes às IFRS.

A contabilidade deixou de centrar-se apenas em regras e passou a embasar-se também em princípios, que demandam julgamentos baseados na essência econômica e preparação detalhada que, conseqüentemente, acarretando informações de maior qualidade e utilidade (Martins, Gelbcke, Santos, & Iudícibus, 2013). A essência econômica busca, então, refletir o que ocorre nas transações e no mercado, considerando que as transações não são perfeitas e o mercado não é estagnado (Fields, Lys, & Vincent, 2001).

O Pronunciamento Conceitual Básico do CPC (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, em sua versão R1) apresenta características qualitativas que buscam refletir a realidade econômica da entidade e tornar as demonstrações mais úteis aos usuários, quando adotadas corretamente. Essas características são separadas em características qualitativas fundamentais: informação relevante e fidedigna; e de melhoria: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (Estrutura Conceitual, 2011).

Os novos procedimentos contábeis permitem tratamentos distintos para alguns itens dos relatórios contábeis, a fim de aproximar o reconhecimento de eventos e transações pela contabilidade à realidade econômica da empresa e seguir as características apresentadas na estrutura conceitual. A essa liberdade, quanto aos tratamentos dos itens patrimoniais, dá-se o nome de escolhas contábeis, conceituado por Fields, Lys e Vincent (2001, p. 256) como:

qualquer decisão que tem o propósito de influenciar (seja na forma ou essência) a saída de um sistema contábil de forma particular, incluindo não apenas as demonstrações financeiras publicadas de acordo com os princípios contábeis, como também as declarações fiscais e exigências regulatórias.

O mercado e as empresas possuem realidades distintas, sendo necessário, então, para itens patrimoniais, métodos diferentes de reconhecimento e mensuração de acordo com a situação da entidade e os objetivos que seus gestores pretendem alcançar. Sendo assim, percebe-se que as escolhas dos métodos contábeis afetam diretamente a tomada de decisões (Andrade, Silva, & Malaquias, 2013).

Costa, Silva e Laurencel (2013) argumentam que as escolhas contábeis demonstram incentivos econômicos que sugerem às empresas a adoção de determinadas práticas, frente a um novo cenário mercadológico e contábil. Murcia, Souza, Wuerges e Duarte (2013, p.117) apresentaram alguns desses incentivos, como:

diminuir o lucro para reduzir custo político perante a sociedade; aumentar ou diminuir o lucro para atingir as projeções dos analistas; diminuir o lucro para pagar menos impostos; diminuir o lucro para evitar entrada de concorrentes; aumentar o lucro para atender *covenants* estipulados pelos credores; e aumentar ou diminuir o lucro para atingir o bônus.

Frente a este cenário de incentivos, é preocupação do IASB a existência de escolhas contábeis permitidas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação, conforme já mencionado, diante de seu objetivo de obter a comparabilidade dos relatórios gerados pelas empresas. Conforme Gray (1973, apud Zhang & Andrew, 2010, p. 60), a comparabilidade, que é a capacidade de trazer as coisas juntas de forma a avaliar como eles diferem, será atingida quando as diferenças financeiras entre companhias surgirem de diferença em suas reais posições financeiras e desempenho, e não de diferenças em tratamentos contábeis. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são exemplos de eventos contábeis que possuem formas diferentes de reconhecimento, explicitadas na seção seguinte.

2.3 Ativo Intangível e o item Pesquisa e Desenvolvimento

A adoção das Normas Internacionais trouxe mudanças substanciais na preparação das demonstrações contábeis brasileiras. Uma delas foi a criação do grupo do Ativo Intangível. Este grupo foi criado com a alteração da Lei nº 6.404/1976, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, exigíveis para companhias abertas e fechadas e sociedades de grande porte, a partir dos exercícios de 2008, sendo que para as primeiras – companhias abertas – a inclusão do grupo Intangível já era exigida, de acordo com a Deliberação CVM nº 488/05 (Martins et al., 2013).

O ativo intangível é um “ativo não monetário e sem substância física” (CPC 04-R1, 2010, item 8). Ademais, a Lei nº 6.404/76, em seu art. 179, inciso VI, define o mesmo como “direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade”.

Uma das contas pertencentes ao grupo de Ativos Intangíveis se refere aos gastos com pesquisa e desenvolvimento. Trata-se de ativos gerados internamente, os quais devem ser classificados em fase de pesquisa ou na fase de desenvolvimento (Martins, et al., 2013). Gastos relacionados a essas fases podem ter, segundo regulamentação do CPC 04-R1, diferentes formas de reconhecimento, sendo reconhecidos como ativos intangíveis ou despesas. A escolha contábil verificada no CPC 04-R1 se refere ao reconhecimento dos Gastos com P&D no balanço patrimonial ou resultado. Caso haja dificuldade em classificar um intangível como estando na fase de pesquisa ou de desenvolvimento, os gastos provenientes dessa atividade devem ser reconhecidos como advindos da fase de pesquisa (CPC 04-R1, 2010). Os gastos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos como despesas, no resultado do período, por não atenderem às condições de reconhecimento de um

ativo: controle por parte da entidade, resultado de evento passado e probabilidade de gerar benefício econômico futuro (CPC 04-R1, 2010).

Os gastos provenientes da fase de desenvolvimento de projeto interno são reconhecidos como ativos, somente quando a entidade puder demonstrar todos os seguintes aspectos (CPC 04-R1(2010, item 57)):

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- (f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Cabe, assim, aos responsáveis pela elaboração dos relatórios financeiros, a decisão quanto ao reconhecimento desses itens, de acordo com as informações disponíveis.

Landry e Callimaci (2003) estudaram os incentivos na gestão do reconhecimento de P&D em 122 empresas canadenses e norte-americanas dos setores de hardware, software, biotecnologia e produtos eletrônicos. Devido às normas canadenses possuírem uma abordagem semelhante ao tratamento dado pela IAS 38, os autores buscaram identificar se as empresas canadenses fizeram a opção pelo mesmo método contábil de reconhecimento de P&D que as empresas canadenses que também emitem ações nos EUA seguindo os USGAAP. Além disso, o estudo buscou identificar se características como o tamanho da empresa, fluxo de caixa das operações, retorno sobre investimento, entre outras, influenciaram as opções da empresa. Os autores concluíram que a probabilidade de capitalizar os gastos aumenta para empresas mais alavancadas no mercado de ações, mais maduras em termos de tempo de experiência e com fluxo de caixa mais elevado. Os autores sugeriram que o reconhecimento desses gastos possibilitam ferramentas de gestão e gerenciamento de resultados.

A fim de estudar a relevância dos gastos com P&D para o mercado de capitais, Alves et al. (2010) estudaram empresas do setor de distribuição elétrica, no período de 2002 a 2009, por meio de uma análise de regressão dos gastos com P&D e o valor de mercado das empresas, em relação ao lucro líquido (LL) e patrimônio líquido (PL). A informação de gastos com P&D, quando analisada individualmente, foi relevante, porém quando relacionada com as variáveis LL e PL não apresentou explicação significativa para o valor destes nas empresas do setor elétrico (Alves et al. 2010).

Os estudos de Hungarato e Teixeira (2012) também se nortearam pela relação de gastos em P&D com ênfase no preço das ações de empresas brasileiras registradas na Bovespa, classificadas quanto ao nível tecnológico. Os autores também encontraram relação estaticamente significativa quando deduzido os gastos com P&D – reconhecidos como despesa – do lucro, porém, identificaram relevância no preço das ações quando deduzido os gastos com P&D – reconhecidos como ativo – no PL das empresas de alta e baixa tecnologia. Assim, de acordo com o estudo, retirar os gastos com P&D reconhecidos no resultado não afetaria significativamente o lucro e o preço das ações.

Percebe-se, então, a importância dos estudos quanto ao reconhecimento dos gastos com P&D e como seu tratamento contábil e mensuração pode interferir nos resultados da entidade. Na próxima seção, encontra-se a classificação da pesquisa, os dados utilizados e o método de análise.

3 DESENHO DA PESQUISA

A amostra do trabalho foi composta, segundo a classificação de Hungarato e Lopes (2008). Na Tabela 1 são apresentadas as etapas de seleção das empresas que compuseram a amostra.

Tabela 1 – Composição da amostra do estudo

SELEÇÃO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA		Nº Empresas
Número de empresas listadas na BM&FBOVESPA em 10 de junho de 2014		732
(-) Nº de empresas excluídas por não pertencerem a setores de alta e média-alta tecnologia		(551)
(-) Nº de empresas excluídas por não apresentarem gastos com P&D		(100)
Total de empresas da amostra		81

Fonte: elaborada pelos autores

A classificação quanto à intensidade tecnológica baseou-se na Pesquisa Industrial Anual de 2003, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também utilizada em estudos com a mesma temática (Hungarato & Lopes, 2008; Hungarato & Teixeira, 2012).

Os dados foram obtidos por meio de observações das demonstrações contábeis das empresas, sendo, posteriormente, tratados estatisticamente, adotando-se a regressão logística. Fávero, Belfiori, Silva e Chan. (2009, p. 440) apresenta que essa regressão descreve o “comportamento entre uma variável dependente binária[...]” (reconhecer os gastos com P&D na forma de ativo ou despesa no resultado do período) “[...] e variáveis independentes – métricas e não métricas”. Na presente pesquisa, foi utilizada a regressão logística para identificar as características das entidades que possam explicar as escolhas contábeis dos gestores, no que se refere ao reconhecimento de gastos com P&D.

A ocorrência do evento de interesse no estudo é o reconhecimento dos gastos com P&D como ativo intangível, representada pela *dummy* 1, e a não ocorrência representada pela *dummy* 0. Cumpriu-se determinar o modelo a ser aplicado entre o Modelo de Probabilidade Linear (MPL), o Modelo Probit ou o Modelo Logit, com alguns benefícios e desvantagens para cada modelo, assegurados na literatura. No entanto, para tecer as análises dos resultados, utilizou-se um teste usual do software Stata® que aponta, por meio do qui-quadrado, o modelo mais adequado perante os dados, comparando os resultados dos três modelos (Modelo de Regressão Linear, modelos Logit e Probit). Como resultado do teste, identificou-se o Modelo Probit como o melhor para a presente pesquisa. Com o intuito de analisar as companhias que optam por reconhecer os gastos com P&D como ativo intangível e diferenciá-las das companhias que optaram por reconhecer como despesas, foram identificadas as características das empresas, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Variáveis do Modelo

Variável	Especificação	Hipóteses	S. E	Proxy
EC - Escolha Contábil	Reconhecimento dos gastos com P&D no ativo intangível ou como despesa			Variável <i>dummy</i> : 0= despesa; 1= ativo
SET - Setor de Atuação	Empresas classificadas de acordo com o setor de atuação da BM&FBOVESPA	H ₁ – O setor de atuação interfere na escolha da empresa em capitalizar ou não seus gastos com desenvolvimento		1= Bens Industriais; 2= Tecnologia da Informação; 3= Utilidade Pública; 4= Petróleo, Gás e Biocombustíveis; 5= Materiais Básicos; 6= Telecomunicações; 7= Construção e Transporte

Contabilidade e Controladoria no Século XXI

IDA – Idade	Empresas possuem tempo de atuação igual ou superior a cinco anos	H ₂ - Empresas com mais tempo no mercado tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Variável <i>dummy</i> : 0 = possui menos que cinco anos de atuação; 1 = possui cinco anos ou mais de atuação
BF – Big Four	Empresas auditadas por alguma das entidades consideradas Big Four ¹	H ₃ - Empresas auditadas por Big Four tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Variável <i>dummy</i> : 0 = não auditada por Big Four; 1 = auditada por Big Four
ADR – American Depositary Receipts	Empresas que emitem ou não ADR	H ₄ - Empresas que emitem ADR tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Variável <i>dummy</i> : 0 = não emite ADR; 1 = emite ADR
TAM - Tamanho da Empresa	Tamanho da empresa obtido pelo Ativo Total Ajustado	H ₅ - Empresas com maior valor no ativo tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Logaritmo do Ativo total. Método de correção da variável evidenciada pelo teste de assimetria das variáveis quantitativas <i>Ladder</i>
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	Valor da conta de Pesquisa e Desenvolvimento	H ₆ - Empresas com maior valor na conta de P&D tendem a registrar seus gastos como despesa	-	Montante da conta Pesquisa e Desenvolvimento
FCO – Fluxo de Caixa Operacional	Valor do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	H ₇ - Empresas com maior fluxo de caixa tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Montante das atividades Operacionais da empresa
ENDIV – Endividamento	Endividamento da empresa medido pela divisão do Passivo Total pelo Capital Total	H ₈ - Empresas com maior índice de endividamento tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Resultado da relação entre Ativo Total e Capital Total
ROE - Retornos sobre Patrimônio Líquido	Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido medido pela divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido	H ₉ : Empresas com elevados índices de ROE tendem a capitalizar os gastos com desenvolvimento	+	Resultado da relação entre Lucro Líquido e Patrimônio Líquido

A data base-base para tais valores é referente à 31/12/13. Os valores monetários apresentam-se em milhares de reais.

¹ Empresas consideradas Big Four: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young.

Algumas variáveis seguem o proposto no estudo de Landry e Callimaci (2003) e outras foram incluídas no estudo para fins de validação, assim tem-se: (i) escolha contábil adotada pela empresa nos gastos com P&D; (ii) setor listado na Bovespa; (iii) a idade da empresa (Landry & Callimaci, 2003); (iv) auditoria das demonstrações contábeis, ser ou não editada por uma das *Big Four*; (v) a emissão de *American Depositary Receipts* (ADR) (Landry & Callimaci, 2003); (vi) o valor do ativo total (Landry & Callimaci, 2003); (vii) saldo da conta de Pesquisa e Desenvolvimento; (viii) necessidade de financiamento externo, verificando o fluxo de caixa das operações e a necessidade ou não de financiamento externo (Landry & Callimaci, 2003); (ix) o nível de endividamento (Landry & Callimaci, 2003); e (x) o retorno sobre investimento (Landry & Callimaci, 2003).

Para validação dos dados quanto às características “valor do ativo total” e “fluxo de caixa das operações”, subtraiu-se os valores dos gastos capitalizados em P&D, tornando esses valores comparáveis aos das empresas que classificam esses gastos como despesa (Tabela 2).

A observação e identificação dos gastos com P&D foram feitas nos relatórios financeiros disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Equação 1 apresenta o modelo testado no presente estudo.

Equação 1

$$EC = \beta_0 + \beta_1SET + \beta_2IDA + \beta_3BF + \beta_4ADR - \beta_5TAM + \beta_6P\&D + \beta_7FCO + \beta_8ENDIV + \beta_8ROE + \varepsilon$$

Diante das variáveis levantadas a partir da literatura, foi aplicado o procedimento *stepwise*, no qual são consideradas as melhores variáveis discriminatórias, com a sugestão de adição ou remoção das variáveis que não são relevantes para a análise discriminante (HAIR et al., 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Descrição e caracterização da amostra

Primeiramente, buscou-se identificar as informações sobre os dados quantitativos das empresas, conforme exposto na Tabela 3. Posteriormente, para a identificação dos gastos com P&D e o comportamento das variáveis, mapeou-se as características qualitativas das empresas, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 3 – Características quantitativas das empresas

Variáveis/Bolsa	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
TAM (ln)	14,79	14,89	1,84	9,37	20,44
P&D	-28673,81	5306,00	286828,90	-2428000,00	158058,00
FCO	1397859,00	299370,00	6299590,00	-287764,00	56200000,00
ROE	97,48	74,80	104,04	-140,00	492,70
ENDIV	5,79	10,10	26,42	-111,10	62,40

Legenda: TAM (ln) – variável tamanho da empresa medido pelo logaritmo natural do saldo do ativo;

Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 4 – Características qualitativas das empresas

Escolha contábil	N	F	Setor	Bovespa	N	Ativo	F	Desp	F
Despesas	63	77,78%	Bens Industriais		14	6	42,9%	8	57,1%
	18		Construção e			5	83,3%	1	16,7%
Ativo	81	22,22%	Transporte		6				
			Materiais			2	40,0%	3	60,0%
Total		100%	Básicos		5	2			
Intensidade Tecnológica	N	Ativo	F	Desp	F	Setor	N	Ativo	F
Alta	73	16	21,9%	57	78,6%	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	0	0,0%
Média-alta	8	2	25,0%	6	72,7%	Tecnologia da Informação	6	1	16,7%
Total	81	18	-	63	-	Utilidade Pública	48	4	8,3%
						Total	81	18	-
Auditoria – Bigfour	N	Ativo	F	Desp	F	Emissão de ADR	N	Ativo	Desp
Bigfour	70	15	21,4%	55	78,6%	Emitem	14	3	21,4%
Outras	11	3	27,3%	8	72,7%	Não emitem	67	15	22,4%
Total	81	18	-	63	-	Total	81	18	-

Fonte: elaborada pelos autores

Percebe-se que a maioria das empresas da amostra evidencia seus gastos com P&D como despesas na Demonstração de Resultado do Período (63 empresas – 77,78%), e classificam-se como empresas de alta intensidade tecnológica (74 empresas – 91,36%) (Tabela 2). Quanto aos itens Auditoria e Emissão de ADR, tem-se que a maioria é auditada

por uma Big Four (70 empresas – 86,42%) e não são emissoras de ADR (67 empresas - 82,72%) (Tabela 4).

Em um primeiro momento, por meio da estatística descritiva, comparando as características das empresas que optam por reconhecer como despesas ou ativar os gastos com P&D, verifica-se que, independente da característica da empresa, a maioria delas opta por reconhecer como despesas, porém em um grau moderado (em torno de 70%). Por exemplo, das empresas que são auditadas por Big Four, a maioria (78,6%) reconhece como despesas, no entanto, para as empresas que não são auditadas por Big Four, o comportamento parece ser similar, sendo a maioria (72,7%, comportamento próximo das que são auditadas por Big Four) também optante pelo tratamento como despesas.

No que se refere aos subsetores a que pertencem as empresas, em sua maioria, as empresas tendem a optar por tratar os gastos como despesa, porém parece haver um comportamento diferenciado para dois setores em específico: Construção e Transporte (que em sua maioria optam por capitalizar os gastos, ao contrário dos demais setores); e Utilidade Pública que, em quase sua totalidade, as empresas (91,7%) optam por reconhecer como despesa. As empresas pertencentes ao setor Utilidade Pública que compreende 48 empresas (Tabela 4), sendo pertencentes ao subsetor Energia Elétrica, em sua maioria (91,7%) lançam como despesas. Esse setor é normatizado pela Lei nº 9.991/2000 que estipula a aplicação anual de, no mínimo 0,5% da Receita Operacional Líquida em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltada para o setor elétrico. Os recursos destinados aos projetos em pesquisa e desenvolvimento são distribuídos em: 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e 20% para o Ministério de Minas e Energia (MME), com o propósito de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético (BRASIL, 2000).

Por meio da regulamentação da aplicação em P&D, as empresas do subsetor Energia Elétrica excluem esses gastos na Demonstração do Resultado do Exercício para o cálculo de tributos. Das 48 empresas estudadas do setor, 44 seguiram esse modelo. As quatro empresas que capitalizaram os gastos com projetos em desenvolvimento são: Alupar Investimento S.A., Cia Estadual De Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, Cia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). As demonstrações contábeis dessas empresas apresentaram os gastos como ativos intangíveis. Algumas, como a Eletrobrás, utilizam a nomenclatura “Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento”, no grupo de contas de Ativos Intangíveis.

As empresas pertencentes ao setor Construção e Transporte que apresenta 6 empresas (Tabela 4), em sua maioria (83,3%) reconhecem os gastos como ativo. De acordo com o exposto por Goldemberg (2000), tais gastos, na realidade econômica deste setor, atendem com mais clareza os requisitos de reconhecimento do ativo, uma vez que os gastos com desenvolvimento de projetos estão diretamente ligado ao desempenho não só dos produtos, mas do econômico-financeiro da empresa, o que sugere incentivar os gestores ao devido reconhecimento.

4.2 Características das empresas na escolha contábil

A decisão em optar por reconhecer os gastos com P&D como ativo ou como despesas gera as duas *dummy* de interesse (0 = despesas, e 1 = ativo intangível). Assim, verificou-se quais as variáveis que poderiam interferir significativamente na escolha. Os efeitos marginais das variáveis, que apresentam a variação na probabilidade a partir de mudanças ocorridas nas

variáveis explicativas (Pino, 2007), foram estimados por meio do modelo Probit, apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados e efeitos marginais para o modelo Probit

Variável	Efeitos Marginais	Desvio Padrão	Z	P>z	[95% Inter. de Confiança]	H.	Sinal
Setor							
2	-0,2486	0,1962	-1,2700	0,2050	-0,6332 0,1360	H1	n.s.
3	-0,3655	0,1313	-2,7800	0,0050	-0,6228 -0,1082	H1	-
5	-0,0412	0,2637	-0,1600	0,8760	-0,5579 0,4756	H1	n.s.
7	0,4110	0,1649	2,4900	0,0130	0,0877 0,7342	H1	+
BF	0,1168	0,1178	0,9900	0,3210	-0,1140 0,3476	H3	n.s.
TAM	-0,0470	0,0201	-2,3300	0,0200	-0,0865 -0,0075	H5	-
P&D	0,0000	0,0000	0,7400	0,4600	0,0000 0,0000	H6	n.s.
FCO	0,0000	0,0000	1,3800	0,1680	0,0000 0,0000	H7	n.s.
ADR	-0,0160	0,1016	-0,1600	0,8750	-0,2152 0,1833	H8	n.s.
Prob> chi2	=	0,0002			Sensibilidade =	44,44%	
Pseudo R2	=	0,3083			Especificidade=	94,92%	
Hosmer-Lemeshow (Prob>chi²)=		0,1477			Classcorret	=83,12%	
Cox & Snell (R²)		=0,2850			Curva ROC	=0,8371	
Nagelkerke (R²)	=	0,43					

Fonte: elaborada pelos autores

Para a realização do teste e efeitos marginais Probit, primeiramente, realizou-se a estimação de *stepwise* a fim de identificar as variáveis que não contribuem significativamente para a explicação do modelo. Por meio do referido teste, as variáveis idade (IDA), endividamento (ENDIV), rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE), e os setores 4 (Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e 6 (Telecomunicações) foram apontadas como não potenciais variáveis discriminatórias para o modelo. Assim, as variáveis decorrentes das hipóteses H2, H8 e H9, levantadas a partir da plataforma teórica, foram inicialmente excluídas por não se adequarem ao modelo enquanto variáveis discriminatórias.

Feita a aplicação do modelo Probit, por meio das variáveis identificadas como discriminatórias, os resultados obtidos apresentaram uma probabilidade qui-quadrado de 0,0002, e um *pseudo r²* de 0,3083, sugerindo que o modelo está adequado.

Os resultados também exploram a não aceitação de H3, H4, H6 e H7, pois não apresentaram significância estatística para o modelo ($P > z > 0,05$). As hipóteses H1 e H5 apresentaram significância estatística, porém a H5 apresentou sinal diferente do esperado.

A variável tamanho da empresa, representado pelo ativo total das empresas subtraído os gastos com P&D para as empresas que os capitalizassem, apresentou significância estatística quanto a escolha, com significância de 0,0200. O resultado foi convergente com o previsto por Landry e Callimaci (2003), que inferiram que grandes empresas são menos propensas a capitalizarem seus gastos. Na presente pesquisa, a partir do valor obtido pelo efeito marginal, infere-se que o aumento em uma unidade do ativo reduz em 4,70% a chance de a empresa capitalizar seus gastos com desenvolvimento.

Assim, a única hipótese aceita foi a H1, segundo a qual os setores de atuação apresentaram resultados significativos para a escolha da empresa em capitalizar ou não seus gastos com P&D. Os setores 3 (Utilidade Pública) e 7 (Construção e Transporte) apresentaram significativa estatística, refletindo na probabilidade de escolha do tratamento

dos gastos com P&D (0,0050 e 0,0130, respectivamente), confirmando o exposto na estatística descritiva. Os setores 2 (Tecnologia da Informação) e 5 (Materiais Básicos), por sua vez, não apresentaram significância estatística.

O setor 3 (Utilidade Pública), com um coeficiente de significância de 0,0050, foi a variável que se destacou como maior influência significativa na escolha contábil. O efeito marginal no setor 3 possibilita a inferência de que o fato de a empresa pertencer a este setor diminui em 36,55% a probabilidade de ativar seus gastos. Sugere-se que este resultado relaciona-se com a regulamentação do subsetor Energia Elétrica que determina a aplicação de parte da Receita Operacional Líquida em projetos com P&D, gerando um montante maior de gastos referente a esta conta.

Com base na perspectiva oportunística (Watts & Zimmerman, 1986), na qual a presente pesquisa se baseia, sugere-se que com um volume maior de gastos com P&D, ativado, impactaria diretamente no tamanho da empresa (com base no montante de ativos). Portanto, com base na hipótese dos custos políticos, isso atrairia a atenção da sociedade, sobretudo do fisco, o que motivaria o gestor a optar pelo conservadorismo, e assim registrar tal montante como despesas e reduzir o resultado da empresa. Isso explicaria o fato de as empresas do setor reduzirem a probabilidade de ocorrer a ativação dos gastos com P&D.

Não obstante, o enquadramento das empresas no setor 7 (Construção e Transporte) possui efeito marginal de 0,4110, ou seja, o fato de pertencer a esse setor aumenta em 41,10% a probabilidade de a empresa ativar os gastos com desenvolvimento. Neste caso, sugere-se, com base na pesquisa de Goldemberg (2000), que o setor considere os gastos com P&D como instrumento para aumentar o desempenho da empresa, de forma a auxiliá-lo em seu crescimento e, portanto, possibilitando gerar benefícios econômicos futuros à empresa, justificando a motivação para ativar tais gastos. O estudo de Goldemberg (2000) apresenta alguns fatores prováveis decorrentes dos projetos de P&D para a melhoria da eficiência do setor, tais como: aumentar o desempenho e a relação combustível e trabalho transmitido pelo veículo, e ainda a eficiência mecânica, diminuindo a potência exigida do motor.

A partir da aplicação do teste de Hosmer-Lemeshow ($\text{prob} > \chi^2$ de 0.1477), infere-se que, a um nível de significância de 5%, não se identificou diferença entre as classificações encontradas a partir do Modelo Probit e as que foram observadas, o que denota que o modelo está adequado, possibilitando realizar algumas estimativas e classificações confiáveis ($\text{prob} > \chi^2 > 0,05$). Para a explicação das variáveis independentes, tem-se o teste de Cox & Snell, inferindo que cerca de 28,5% das variações no log da razão de chance podem ser explicadas pelas variáveis independentes. Por meio do teste Nagelkerke, explicou-se as variações com a variável dependente, o que possibilitou a compreensão de que o modelo utilizado explica essas variações em aproximadamente 43%.

A precisão dos dados também se torna visível no estabelecimento de um ponto de corte por meio da tabela de classificação de *cut off*. A partir da Curva *Receiver Operating Characteristic* (ROC), observa-se a classificação geral do modelo, e identifica-se que o modelo classificou corretamente 83,71% dos dados analisados. A Tabela 6 possibilita a interpretação da Curva ROC, inferindo-se que o poder discriminatório foi excelente para o modelo testado.

Tabela 6 - Interpretação da Curva ROC

Área abaixo da curva ROC	Interpretação
Menor ou igual a 0,5	Sugere não haver discriminação
Entre 0,7 e 0,8	Discriminação aceitável
Entre 0,8 e 0,9	Discriminação excelente
Maior ou igual a 0,9	Discriminação excepcional

Fonte: adaptado de Fávero et al. (2009, p. 446) com base em Hosmer e Lemeshow (2000, p. 162).

Analisando os registros e a escolha advinda dos gastos com P&D, e por meio da explicação e poder interpretativo do modelo, verifica-se que as variáveis utilizadas no trabalho fornecem previsões acerca da escolha. As significâncias estatísticas permitem verificar ainda que o modelo classifica de forma representativa as escolhas, permitindo a realização de inferências e probabilidades a respeito das variáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar as características das empresas de alta e média-alta tecnologia, listadas na BM&FBovespa, frente à escolha em se reconhecer os gastos de P&D como ativo intangível ou como despesas. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se análise descritiva e o Modelo Probit de regressão logística.

Na análise descritiva foram observadas as características qualitativas das empresas, onde percebe-se que a maioria da amostra reconhece os gastos com P&D como despesa. Apenas 18 das 81 empresas registraram seus gastos com o desenvolvimento de novos projetos no ativo intangível. Além disso, observa-se que grande parte das empresas da amostra é auditada por uma das *Big Four* e pertence ao setor de Utilidade Pública.

No modelo de regressão logística identificou-se três variáveis significativas para a explicação da escolha entre ativo intangível e despesa, são elas: setor 3 (Utilidade Pública), setor 7 (Construção e Transporte) e Tamanho (montante do ativo subtraído da conta P&D, caso reconhecida no ativo intangível). Assim, a única hipótese aceita no estudo é a H1, na qual se infere que os setores de atuação das empresas interferem na escolha contábil. A hipótese H5, que se refere ao tamanho da empresa, apresentou significância, porém com sinal diferente do esperado e proposto pela revisão literária.

O setor de Utilidade Pública, representado pelas empresas de Energia Elétrica, registra, em sua maioria, seus gastos como despesa. Possíveis interpretações para esse resultado relacionam-se com o estipulado pela Lei nº 9.991/2000 e ainda com a teoria oportunística referente à redução do lucro líquido numa alusão à associação da escolha com hipótese dos custos políticos proposto pela teoria de Watts e Zimmerman (1986). A regulamentação do setor normatiza um percentual mínimo de 0,5% em aplicação da Receita Operacional Líquida em projetos com P&D, e após essa aplicação, a empresa deduz a despesa para apuração e base de cálculo para tributação.

O tratamento dos gastos com P&D no setor de Construção e Transporte tiveram influência significativa quanto à escolha entre ativo e despesa. O fato de a empresa atuar neste setor aumenta a probabilidade do reconhecimento como ativo intangível. A literatura aponta que os gastos com P&D buscam a melhoria no desempenho da empresa e a eficiência do setor frente à mecânica e aos combustíveis utilizados.

O ativo total da empresa também apresenta significância quanto à escolha contábil no reconhecimento de gastos com P&D. Landry e Callimici (2003) inferiram que empresas grandes tendem a não ativar os gastos com P&D e os resultados do presente estudo confirmaram essa inferência, pois o aumento do ativo diminuiu significativamente a probabilidade do reconhecimento no ativo intangível.

Os testes estatísticos realizados no estudo apresentaram discriminação excelente quanto a sua interpretação. Quanto às variações na escolha com o reconhecimento de gastos com P&D, sendo a escolha a variável dependente testada no estudo, verificou-se que o modelo utilizado explicou essas variações em aproximadamente 43%.

O estudo buscou contribuir para o crescimento da literatura já existente quanto às escolhas contábeis e no tratamento dos gastos referentes à pesquisa e desenvolvimento nas

empresas listadas na BM&FBovespa. Espera-se contribuir também na discussão do tema escolhas contábeis, nas inferências que o contador deve fazer tendo por foco o subjetivismo responsável e seu impacto nas demonstrações contábeis.

Destaca-se a característica peculiar do mercado de capitais brasileiro, principalmente em termos de legislações paralelas que afetam a adoção pura das IFRS, o que não possibilita comparações aprofundadas com os estudos que serviram de base para este trabalho. Assim, a generalização e comparação dos resultados devem ser tratadas com cuidado. Entretanto, o estudo tem sua importância verificada ao apontar a necessidade de maiores discussões e normatizações pelos órgãos reguladores mundiais, pois como apontado neste e em outros estudos, apenas o primeiro passo foi dado – um importante passo, sem dúvida – para se atingir relatórios contábeis comparáveis.

Estudos adicionais poderiam ser empreendidos para ‘ouvir’ os elaboradores das demonstrações contábeis sobre as análises realizadas para o tratamento do gasto com P&D como ativo ou como despesa, bem como com os usuários dessa informação para identificar como e quanto essa dupla classificação afeta seu modelo decisório, uma vez que a pesquisa aqui realizada se limitou pela análise do que foi divulgado pelas empresas.

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. E. M. C.; Silva, D. M.; Malaquias, R. F. (2013). Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 22-37.
- Alves, A. P., Silva, T. G., Macedo, M. A. da S. (2010). A relevância dos gastos com P&D para o mercado brasileiro de capitais: um estudo com distribuidoras de energia elétrica no período de 2002 a 2009. *Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica*, 26.
- Brasil. (2000). *Lei n. 9.991*, de 24 de Julho de 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19991.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.
- Cazavan-Jeny, A., Jeanjean, T., & Joos, P. (2011). Accounting choice and future performance: The case of R&D accounting in France. *Journal of accounting and public policy*, 30(2), 145-165.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2011). *Pronunciamento conceitual básico: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 04: ativo intangível*. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2003.pdf> Acesso em: 24 abr. 2014.
- Dias Filho, J. M.; Machado, L. H. B. (2012). Abordagens da pesquisa em Contabilidade. In: Lopes, A. B.; Iudícibus, S. de. [coord.]. *Teoria Avançada de Contabilidade*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- Fávero, L.P., Belfiori, P., Silva, F. L. da; & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada*. Rio de Janeiro: Campus.

- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 255-307.
- Goldemberg, J. (2000). Pesquisa e desenvolvimento na área de energia. *São Paulo em perspectiva*, 14(3), 91-97.
- Hungarato, A., & Lopes, A. B. (2008). Value-relevance dos gastos em P&D para o preço das ações das empresas brasileiras negociadas na bovespa. *Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica*, 25.
- Hungarato, A.; Teixeira, A. J. C. (2012). A Pesquisa e Desenvolvimento e os Preços das Ações das Empresas Brasileiras: um Estudo Empírico na Bovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 6(3).
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2007). *Teoria da Contabilidade*. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas.
- IBGE. (2003). *Pesquisa Industrial Anual: empresas*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas>>. Acesso em 20 jun. 2014.
- Iudicibus, S. de.(2006). *Teoria da Contabilidade*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- Iudicibus, S. (2012) de. Normativismo e positivismo: two uncongenialtwins? In: Lopes, A. B. *Contabilidade e finanças no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Landry, S., & Callimaci, A. (2003). The effect of management incentives and cross-listing status on the accounting treatment of R&D spending. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 12 (2), 131-152.
- Lopes, Alexsandro Broedel. (2011). Teaching IFRS in Brazil: News from the front. *Accounting Education*, 20(4), 339-347.
- Martins, E. Gelbcke, E. R., Santos, A. dos; & Iudícibus, S. de. (2013). *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC (2ª ed.)*. São Paulo: Atlas, 792, 3.
- Murcia, F. D.; Souza, M. M.; Wuerges, A. F. E.; Duarte, G. (2013). Realização ou estorno da reserva de reavaliação: fatores determinantes da escolha das companhias abertas no Brasil após o advento da Lei 11.638/07. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(1), 112-133. São Paulo.
- Pino, F. A. (2007). Modelos de decisão binários: uma revisão. *Revista de Economia Agrícola*, 54 (1), 43-57. São Paulo.
- Queiroz, O. R (2010). Impacto do crescimento dos gastos em P&D na taxa de crescimento dos lucros das empresas de acordo com o modelo OJ: um estudo no mercado de capitais brasileiro. *Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, 4 Natal.
- Watts, R. L.; Zimmerman, J. L. (1986). **Positive accounting theory**. Upper Saddle River: Prentice Hall.
- Zhang, Y., Andrew, J. (2010) **Land in China**: Re-considering comparability in financial reporting. *AABFJ* 4(1), 53-75.